

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA SOBREVIVERÁ?

Até o fim deste Governo

FAUSTO FERNANDES

O País vive momentos de plena democracia. Querer interpretar as palavras do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, quanto aos trabalhos da Constituinte, como ameaças de golpe militar é negar o direito que todos os brasileiros têm de externar sua opinião sobre qualquer assunto que lhes diga respeito, enquanto cidadãos. Interpretar o desagrado do Presidente José Sarney com alguns pontos estabelecidos no Substitutivo do Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, bem como a discordância do Ministro do Exército quanto à questão relativa à anistia aos militares, por exemplo, como sendo ataques orquestrados contra a soberania da Assembléia Nacional Constituinte é querer dar aos fatos uma dimensão equivocada.

Os trabalhos da Constituinte vêm sendo desenvolvidos normalmente, os prazos têm sido cumpridos e a fase mais importante, que é a votação em plenário, está próxima. A nova Constituição brasileira ficará pronta e, com certeza, refletirá a vontade e o pensamento da maioria do povo brasileiro.

Da mesma forma, é fruto da vontade popular a transição democrática que estamos vivendo. A Aliança De-

mocrática, sustentáculo dessa transição, deverá permanecer, pelo menos, até o final do Governo Sarney. A Constituinte não vai, de maneira alguma, pôr fim à Aliança, pois, sem ela, o País seria ingovernável, nesse momento de dificuldades que atravessa.

A elaboração da futura Carta é apenas um dos passos para a consolidação democrática. Ela, por si só, não resolverá todos os problemas nacionais, como até há pouco tempo apregoavam os opositores mais inflamados do Governo passado. O Presidente José Sarney precisará manter a Aliança, uma vez que no País se pretende um Congresso Nacional cada vez mais forte. Como dar andamento aos principais projetos de Governo se o Legislativo não estiver afinado com o Executivo?

É público e notório que a Aliança Democrática nunca existiu em termos estaduais. Mas isso não significa dizer que ela não exista no plano federal e que não possa continuar existindo.

Temos plena consciência de que a Aliança, nos moldes em que está definida hoje, abriga várias tendências que não poderão conviver, nem mesmo a nível federal, por muito tempo. Mas todas elas têm um propósito em comum: levar o País à plena democracia, consolidando de uma vez por todas as práticas democráticas, a que tanto aspira o povo brasileiro.

Não acreditamos que a promulgação da futura Carta Magna signifique o fim da Aliança Democrática a nível federal. Sabemos que existem grupos organizados que apostam no rompimento da Aliança, pois defendem uma postura conhecida: "quanto pior melhor". O Presidente Sarney tem demonstrado que possui projetos concretos que, se desenvolvidos a contento, levarão o Brasil a dias cada vez melhores.

Sarney tem governado com a Aliança e dado o devido tratamento aos partidos que a integram. O fato de o Presidente estar respeitando a correlação de forças políticas é uma clara demonstração de que necessita preservar a Aliança, para poder levar o bom termo seus propósitos democráticos.

O falecido Presidente Tancredo Neves apostava na união das forças políticas brasileiras como a única forma de efetivar a transição democrática sem traumas e sem prejuízos para a população brasileira. Em um futuro bem próximo cada partido poderá lutar por seus próprios ideais em agremiações distintas, da forma que quiser. Por enquanto, a Aliança se faz necessária e acreditamos que será preservada, prevalecendo a experiência e o bom senso da classe política.

Fausto Fernandes é Deputado federal pelo PMDB do Pará.

-8 SET 1987

Até o fim da Constituinte

MAURÍLIO FERREIRA LIMA

Bloqueada a aprovação da emenda "Diretas Já", só restava ao PMDB duas alternativas: ou promovia por meios extralegais o fim do regime militar ou aceitava um acordo com a redemocratização do País.

Não tendo nem condições objetivas nem subjetivas de uma ação extralegal, o PMDB trocou Ulisses Guimarães por Tancredo Neves e mergulhou nas negociações que dariam nascimento à chamada Aliança Democrática.

O PMDB trilhava o caminho da negociação porque não tinha alternativas e buscava, nesta rota, a transição pacífica do regime de arbitrio para a democracia plena.

Os parceiros do PMDB nesta negociação, oriundos do PDS e vestidos de PFL, sentavam-se à mesa de negociação por razões diversas daquelas que motivaram o PMDB. Em primeiro lugar, era evidente a exaustão do regime militar e a aspiração por parte de importantes segmentos das classes dominantes brasileiras de se desvincularem de um regime de exceção. Esta classe ansiava adquirir respeitabilidade internacional e a tutela militar não servia mais aos seus interesses. Em segundo lugar, as lideranças políticas egressas do PDS negociavam com o PMDB de

maneira pragmática, com um só objetivo: manter o poder que usufruíam e conseguirem atestado de democratas.

Se o nascimento da Aliança Democrática necessitasse apenas das lideranças políticas do PMDB e do PFL, o acordo a ser selado poderia ter vida mais longa. O fato complicador é que o PMDB precisava incorporar um outro parceiro mais exigente e com aspirações diferentes dos políticos, ou seja, a opinião pública. O PMDB acabara de liderar a mais formidável campanha cívica já desencadeada na América Latina, o movimento pelas "Diretas Já". E como levar milhões de pessoas que repudiaram o Colégio Eleitoral a referendarem um acordo que passava pelo próprio Colégio? A matreirice política de Tancredo Neves resolveu o problema. Ao invés de "Diretas Já" se montou uma nova operação de mobilização popular sob a palavra de ordem: "Muda Brasil".

O povo brasileiro foi para as ruas apoiar as "Diretas Já" porque aspirava através da eleição de um Presidente pelo voto direto mudar uma situação insustentável. Tancredo Neves oferecia com o "Muda Brasil" o caminho mais curto e único possível para as mudanças que eram desejadas pela população brasileira.

Analisando-se o surgimento da Aliança Democrática constata-se que este acordo nunca poderia dar certo. Para a opinião pública era um acor-

do para mudanças mas para um dos parceiros da Aliança, o PDS mascarado de PFL, não havia nenhuma cogitação das mudanças pretendidas pela Nação. O PFL assinava a Aliança Democrática unicamente para manter o Poder e as coisas como estavam.

A natureza interveio dramaticamente para complicar a situação. Morreu Tancredo Neves e no cemitério de São João Del Rey foram enterradas as esperanças brasileiras. A partir daí, a Aliança Democrática só serviu para desmoralizar o PMDB enquanto atendia plenamente aos propósitos iniciais do PFL, ou seja, a manutenção do poder.

Realizadas eleições municipais nas capitais, eleitos novos Governadores, o quadro político se alterou radicalmente e a chamada Aliança só existe nominalmente a nível do Governo federal. Terminada a Constituinte, o quadro político se reagrupará em função dos segmentos que se uniram na votação da Constituinte por razões ideológicas. A partir destas bases se desencadeará a sucessão presidencial.

Neste momento será a oportunidade de enterrar um cadáver insepulto que paira sobre a vida política brasileira, a Aliança Democrática.

Maurílio Ferreira Lima é Vice-Líder do PMDB na Câmara Dos Deputados.